

OTR2 - PRODUTOS PARA A SAÚDE: DESAFIOS PARA AMPLIAÇÃO DO ACESSO

Mariana Rebello Pereira¹, Clarice Melamed²

1. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Brasília, DF, Brasil

2. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, Fiocruz, Brasília, DF, Brasil

Objetivo: O objetivo deste trabalho é traçar um panorama do mercado de produtos para a saúde no Brasil, na perspectiva da vigilância sanitária, e propor algumas intervenções para a ampliação da oferta.

Metodologia: Para elaboração desta pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico em fontes secundárias: artigos atuais, legislação, normas sanitárias e sítios eletrônicos de entidades e órgãos públicos.

O artigo faz uma pequena revisão de conceitos relativos à regulação econômica, que sustentam a argumentação apresentada no texto e aborda o histórico da regulação do mercado de produtos de saúde no Brasil, seu processo de inovação e a caracterização desse mercado no Brasil e no resto do mundo. Conclui-se com algumas propostas de intervenção.

Discussão: A demanda por produtos para a saúde vem crescendo no Brasil em decorrência da mudança no perfil demográfico e epidemiológico, e da ampliação da incidência de doenças crônico-degenerativas, que exigem tratamentos intensivos e cada vez mais caros. Tais mudanças associadas à dinâmica de inovação pressionam os gastos públicos e privados com produtos para a saúde.

Não há aqui a pretensão de esgotar o tema. As principais questões discutidas ao longo do texto e as propostas correspondentes para compensar falhas de mercado e ampliar a oferta estão relacionadas a seguir:

1) a harmonização de nomenclatura, permitirá compensar assimetrias informacionais e seria desejável, para executar compras públicas sob o regime de licitação definido pela Lei nº 8666/1993 e mesmo para formular um modelo de regulação de preços, ao modo da regulação de preços de medicamentos;

- 2) modificar a estrutura de gastos do sistema de saúde no Brasil, remunerando médicos e hospitais de forma a não induzir o uso excessivo de procedimentos e produtos de saúde;
- 3) desenvolvimento de ferramentas de análise de custo para incorporação de novos produtos, como é feito com os medicamentos, possibilitaria o direcionamento da pesquisa e da inovação para bens de maior relevância social;
- 4) ampliação da oferta de produtos para saúde, com política industrial e fomento a inovação e pesquisa, a fim de reduzir preços e diminuir a dependência externa;
- 5) uso de medidas de defesa da concorrência para reduzir barreiras a entrada e coibir atos de concentração a fim de limitar o poder de mercado de grandes grupos formados por hospitais e planos de saúde, que podem fixar preços finais elevados
- 6) desoneração dos produtos de saúde, que se repassada aos consumidores finais, poderia reduzir os preços, em cerca de 30%, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Resultado: Observa-se que as intervenções propostas podem gerar impactos em áreas diversas, uma vez que a transversalidade é uma característica da área da saúde. O desafio das políticas públicas é compatibilizar o bem estar social e o crescimento econômico.